

União Europeia – um espaço de Liberdade, Segurança e Justiça



GRUPO PARLAMENTAR
DO PARTIDO SOCIALISTA EUROPEU

O desafio fundamental da Europa consiste em responder às preocupações reais dos cidadãos. Surgiu assim o compromisso de construir um verdadeiro espaço de liberdade, segurança e justiça, baseado no respeito pelos direitos do Homem, pelas instituições democráticas e pelo Estado de direito. Actualmente, esta é uma responsabilidade da União Europeia (UE), no topo da agenda política desde 1999, altura em que foi definida uma estratégia progressiva, oferecendo aos cidadãos europeus a oportunidade de desfrutar de **liberdade** em **segurança**, garantida através de um sólido quadro jurídico em que a **justiça** está acessível a todos.

Liberdade

Para garantir a liberdade, a UE está a criar regulamentações que permitam aos cidadãos viver, trabalhar e viajar em segurança no espaço europeu. Uma das nossas principais prioridades consiste em **garantir o respeito pelos direitos e liberdades fundamentais**. Monitorizamos todos os anos o respeito pelos direitos do Homem na UE através da Carta dos Direitos Fundamentais. Por isso, pretendemos que a Carta seja integrada nos Tratados, de forma a torná-la juridicamente vinculativa.

As **nossas outras prioridades** são:

- A luta contra todas as formas de discriminação.
- A garantia de liberdade de circulação.
- Direitos reforçados associados à cidadania europeia.
- O equilíbrio entre a segurança e a salvaguarda dos direitos dos cidadãos, incluindo a protecção de dados pessoais.

A UE está também a desenvolver uma **política comum em matéria de asilo e imigração**. Pretendemos que se estabeleçam normas comuns para:

- todos os que procuram protecção por motivos humanitários;
- um quadro comum para uma gestão justa da imigração;
- tratamento equitativo dos nacionais de países terceiros, através de políticas de integração e da concessão de direitos legais, sociais e políticos a residentes de longa duração.

A parceria com os países de origem é vital para a promoção do co-desenvolvimento, do respeito pelos direitos do Homem e para a luta contra o tráfico de seres humanos.

Segurança

A UE tem de promover a segurança, fortalecendo os serviços aduaneiros e a segurança interna, garantindo simultaneamente o respeito pelos direitos e liberdades individuais, através de uma acção conjunta nas seguintes áreas:

- prevenção da criminalidade e combate à criminalidade organizada (tráfico de seres humanos, exploração sexual, tráfico de armas e de droga, corrupção, fraude, branqueamento de capitais, etc.);
- combate ao terrorismo, assim como ao racismo e à xenofobia;
- cooperação mais forte entre as forças policiais nacionais e adopção de medidas adequadas para controlar as fronteiras externas.



Justiça

É necessário criar um verdadeiro espaço de justiça, a fim de preservar a liberdade, de modo a que as pessoas se possam dirigir aos tribunais e às autoridades de qualquer Estado-Membro tão facilmente como no seu próprio país. Nós pretendemos:

- uma melhor cooperação, compatibilidade e uma maior convergência entre os sistemas legais dos Estados-Membros, de forma a que os criminosos não beneficiem com as diferenças actuais. Estamos a trabalhar no sentido de facilitar o reconhecimento mútuo das decisões judiciais em toda a UE;
- normas mínimas comuns para a protecção dos direitos dos cidadãos em processos penais.

A nossa posição e o papel do Parlamento Europeu

Uma vez que muitas destas questões afectam a soberania nacional, a maioria das medidas tem de ser adoptada no Conselho de Ministros por unanimidade, o que significa que é difícil chegar a um consenso e que acabam por ser adoptadas medidas finais com pouco impacto. O Parlamento continua a não ser directamente envolvido no processo de tomada de decisão nesta área. É apenas consultado, não sendo o seu parecer vinculativo, e embora a **posição adoptada no Parlamento** seja quase sempre em defesa dos direitos dos cidadãos, em áreas controversas não é aceite pelo Conselho.

Não obstante, os Socialistas podem orgulhar-se dos êxitos obtidos em muitas áreas:

- **Acesso público aos documentos** ▶ houve melhorias consideráveis e a regulamentação adoptada é sinal de um verdadeiro progresso na luta pela abertura e transparência.
- **Protecção de dados** ▶ introdução, aplicação e monitorização das regras de protecção de dados nas instituições e órgãos da UE.
- **Luta contra o racismo e a xenofobia** ▶ estabelecimento de disposições regulamentares mais fortes e uma definição mais clara dos delitos.
- **Eurojust** ▶ criação desta unidade judiciária, que irá estimular e melhorar a coordenação de investigações e procedimentos penais entre os Estados-Membros.
- **Luta contra o terrorismo** ▶ elaboração de uma definição comum de terrorismo e de categorias comuns de sanções – um passo muito importante no sentido de criar um regime comum anti-terrorista ao nível da UE.
- **Mandado de Detenção Europeu** ▶ implementação de uma proposta pré 11 de Setembro para a criação de um mandado de detenção europeu para combater o terrorismo. A extradição já não será necessária, uma vez que as decisões judiciais são reconhecidas mutuamente.
- **Europol** ▶ queremos que o Parlamento tenha um controlo democrático sobre esta unidade europeia de polícia, um reforço das medidas de protecção de dados e a criação de meios mais eficazes para combater a criminalidade organizada e o terrorismo.
- **Imigração e asilo** ▶ mais disposições positivas (geralmente rejeitadas pela 'direita' no Parlamento Europeu) que concedem a mais categorias de pessoas o direito à reunificação familiar, a criação de um estatuto para residentes de longa duração, a fim de proteger os seus direitos, bem como regras harmonizadas para a emissão de autorizações de residência que tenham por objectivo actividades económicas, estudos ou formação profissional. Progresso no sentido de desenvolver uma política comum em matéria de asilo, em particular, graças à definição de critérios mais claros para determinar o país responsável por um pedido de asilo e os requisitos mínimos para a concessão do estatuto de refugiado.

Estes são apenas alguns casos em que assegurámos melhores condições aos cidadãos.

Os problemas comuns exigem soluções comuns. Por este motivo, pretendemos que a nova Constituição:

- inclua normas mais simples e mais fáceis de compreender;
- estabeleça um processo de tomada de decisão mais fácil através de uma votação por maioria no Conselho;
- preveja o envolvimento do Parlamento Europeu em todos os processos de tomada de decisão como garantia do controlo democrático.

Só desta forma podemos construir um verdadeiro Espaço Europeu de Liberdade, Segurança e Justiça.

Contactos

Grupo Parlamentar do Partido Socialista Europeu,
Parlamento Europeu, rue Wiertz, B-1047 Bruxelas.
Tel.: +32 2 284 21 11 (Bruxelas) ou +33 3 88 17 40 01 (Estrasburgo)

<http://www.socialistgroup.org>

